

HOSPITAL DE GUARNICAO DE MARABA

Termo de Referência 34/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

34/2026

Editado por

160168-HOSPITAL DE GUARNICAO DE MARABA MARIA CRISTINA ANDRADE DE ARAUJO

Atualizado em

15/05/2026 09:12 (v 0.7)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

18/2026

Processo Administrativo

64591.001343/2026-17

1. Definição do objeto

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC

LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE MARABÁ

(Processo Administrativo nº 64591.001343/2026-17)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de REAGENTES de BIOQUÍMICA, HORMÔNIOS e IMUNOLOGIA para diagnóstico clínico laboratorial, incluindo EQUIPAMENTOS em regime de COMODATO com manutenção e assistência técnica para o Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de Guarnição de Marabá, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
GRUPO I- REAGENTE PARA DOSAGEM BIOQUÍMICA						
COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM SISTEMA DE COMODATO						

1	331748	Ácido úrico	Teste	3000	R\$ 10,70	R\$ 32.100,00
2	331742	Albumina	Teste	1000	R\$ 10,72	R\$ 10.720,00
3	331734	Amilase	Teste	1000	R\$ 13,04	R\$ 13.040,00
4	336253	Bilirrubina direta	Teste	2000	R\$ 11,20	R\$ 22.400,00
5	336250	Bilirrubina total	Teste	2000	R\$ 11,20	R\$ 22.400,00
6	331741	Cálcio	Teste	1400	R\$ 11,13	R\$ 15.582,00
7	331749	Uréia	Teste	4500	R\$ 10,31	R\$ 46.395,00
8	412262	Colesterol total	Teste	5000	R\$ 11,13	R\$ 55.650,00
9	333334	Creatinina	Teste	4500	R\$ 10,31	R\$ 46.395,00
10	333453	CK NAC	Teste	1000	R\$ 20,50	R\$ 20.500,00
11	333336	CK-MB	Teste	1000	R\$ 24,79	R\$ 24.790,00
12	331739	Ferro	Teste	2000	R\$ 23,63	R\$ 47.260,00
13	331735	Fosfatase alcalina	Teste	2000	R\$ 11,65	R\$ 23.300,00
14	331740	Fósforo	Teste	500	R\$ 10,31	R\$ 5.155,00
15	331737	Gama GT	Teste	1200	R\$ 21,11	R\$ 25.332,00
16	331408	Glicose	Teste	7500	R\$ 11,13	R\$ 83.475,00
17	331746	TGO (AST)	Teste	3600	R\$ 11,55	R\$ 41.580,00
18	331747	TGP (ALT)	Teste	3600	R\$ 11,20	R\$ 40.320,00
19	351675	HDL-Colesterol	Teste	5000	R\$ 19,55	R\$ 97.750,00
20	460545	Hemoglobina Glicada	Teste	2100	R\$ 21,39	R\$ 44.919,00
21	426058	LDH (Desidrogenase láctica)	Teste	1500	R\$ 20,42	R\$ 30.630,00
22	386986	Lipase	Teste	900	R\$ 12,48	R\$ 11.232,00
23	331738	Magnésio	Teste	1000	R\$ 11,23	R\$ 11.230,00
24	350233	Proteínas totais	Teste	2000	R\$ 7,76	R\$ 15.520,00
25	331733	Triglicerídeos	Teste	5500	R\$ 20,29	R\$ 111.595,00
26	380524	Proteína C Reativa ultra sensível	Teste	3000	R\$ 24,06	R\$ 72.180,00
27	351644	Capacidade de Ligação de Ferro – UIBC /TIBC	Teste	600	R\$ 13,29	R\$ 7.974,00
28	339052	Sódio	Teste	2000	R\$ 10,31	R\$ 20.620,00
29	339053	Potássio	Teste	2000	R\$ 10,31	R\$ 20.620,00
30	332710	Transferrina	Teste	600	R\$ 22,95	R\$ 13.770,00
31	332711	Ferritina	Teste	3000	R\$ 27,86	R\$ 83.580,00
32	337768	Anti-Streptolisina	Teste	300	R\$ 15,42	R\$ 4.626,00
33	335453	Fator Reumatóide	Teste	300	R\$ 15,90	R\$ 4.770,00
TOTAL GRUPO I						R\$: 1.127.410,00
GRUPO II - REAGENTE PARA DOSAGEM HORMONAL E IMUNOENSAIO						
COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM SISTEMA DE COMODATO						
34	340717	Anti-tireoglobulina (ATG)	Teste	1000	R\$ 32,79	R\$ 32.790,00
35	442236	Anti-tireoperoxidase (Anti-TPO)	Teste	1000	R\$ 31,57	R\$ 31.570,00
36	378044	Beta HCG	Teste	1000	R\$ 24,56	R\$ 24.560,00
37	441860	Sulfato de Dehidropiandrosterona	Teste	1000	R\$ 72,74	R\$ 72.740,00
38	378016	Estradiol E2	Teste	1500	R\$ 16,70	R\$ 25.050,00
39	351141	Cortisol	Teste	1500	R\$ 28,09	R\$ 42.135,00
40	378023	FSH	Teste	1500	R\$ 19,78	R\$ 29.670,00
41	378022	LH	Teste	1500	R\$ 19,91	R\$ 29.865,00
42	378027	Prolactina	Teste	1000	R\$ 22,00	R\$ 22.000,00
43	349474	Paratormônio (PTH)	Teste	800	R\$ 32,82	R\$ 26.256,00

44	356507	T3 Total	Teste	1000	R\$ 16,50	R\$ 16.500,00
45	442125	T3 Livre	Teste	1500	R\$ 18,78	R\$ 28.170,00
46	340722	T4 Livre	Teste	3000	R\$ 13,63	R\$ 40.890,00
47	350502	T4 Total	Teste	1000	R\$ 18,26	R\$ 18.260,00
48	378094	TSH	Teste	3000	R\$ 16,37	R\$ 49.110,00
49	378034	Ferritina	Teste	1500	R\$ 23,46	R\$ 35.190,00
50	350622	SHBG	Teste	1500	R\$ 22,70	R\$ 34.050,00
51	349473	Vitamina "B12"	Teste	3000	R\$ 27,60	R\$ 82.800,00
52	400466	Vitamina "D"	Teste	3000	R\$ 47,42	R\$ 142.260,00
53	340715	PSA Livre	Teste	1500	R\$ 36,14	R\$ 54.210,00
54	340716	PSA Total	Teste	1500	R\$ 29,34	R\$ 44.010,00
55	340706	Insulina	Teste	1500	R\$ 31,05	R\$ 46.575,00
56	425692	Progesterona	Teste	1000	R\$ 25,24	R\$ 25.240,00
57	425691	Testosterona	Teste	1500	R\$ 24,61	R\$ 36.915,00
58	400314	Anti-HBC Total	Teste	500	R\$ 35,58	R\$ 17.790,00
59	378036	Anti HBC IgM (core M)	Teste	500	R\$ 20,90	R\$ 10.450,00
60	352207	Anti-HCV	Teste	1000	R\$ 41,58	R\$ 41.580,00
61	352205	HbsAg Quantitativo	Teste	1000	R\$ 28,00	R\$ 28.000,00
62	378040	Anti-HBS	Teste	1500	R\$ 30,77	R\$ 46.155,00
63	368191	Citomegalovírus IgG	Teste	500	R\$ 27,07	R\$ 13.535,00
64	356309	Citomegalovírus IgM	Teste	500	R\$ 30,22	R\$ 15.110,00
65	343222	HIV 1 e 2 Quantitativo	Teste	1000	R\$ 36,77	R\$ 36.770,00
66	339050	Rubéola IgM	Teste	500	R\$ 26,45	R\$ 13.225,00
67	378147	Rubéola IgG	Teste	500	R\$ 28,60	R\$ 14.300,00
68	415470	Toxoplasmose IgG	Teste	500	R\$ 24,69	R\$ 12.345,00
69	415471	Toxoplasmose IgM	Teste	500	R\$ 25,03	R\$ 12.515,00
TOTAL GRUPO II						R\$: 1.252.591,00

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GRUPO I - EQUIPAMENTO DE BIOQUÍMICA

O licitante vencedor do GRUPO I deverá instalar 01 (um) analisador bioquímico totalmente automatizado, **novo (sem utilização prévia) ou com no máximo 02 (dois) anos de fabricação comprovados em Nota Fiscal**, em linha de produção, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após solicitação do contratante, que possua, no mínimo, as especificações abaixo, em regime de comodato:

1. Analisador bioquímico de alta velocidade para múltiplos parâmetros, totalmente automatizado e computadorizado, acesso aleatório randômico, contínuo e imediato, capaz de quantificar todos os analitos solicitados em fluidos biológicos;
2. O analisador deverá utilizar processos de REFLECTOMETRIA (QUÍMICA SECA) ou processos de TURBIDIMETRIA E FOTOMETRIA DE ABSORÇÃO (QUÍMICA ÚMIDA) e ÍON ELETRODO SELETIVO (ISE) ou IMT (TECNOLOGIA MULTISENSOR INTEGRADA);
3. Dotado de Interface bidirecional para comunicação com o computador central:
 - i. com protocolo de comunicação serial contendo possibilidade de comunicação bidirecional (“Query”), para que o aparelho possa ser programado para fazer os exames em cada amostra sem interferência humana e sem necessidade de “worklist”;
 - ii. Recurso para evitar erros no envio de dados. Quando houver erro detectado, o aparelho deve reenviar o pacote para o Host ou receber novamente um pacote do Host, de acordo com a necessidade do operador, evitando envios em duplicidade o que acarretaria uma sobrecarga e a, conseqüente, lentidão do sistema.
4. . Capacidade mínima de 90 (noventa) pacientes para análise utilizando racks ou cassetes para os tubos;
5. Prioridade na realização e liberação de resultados para amostras de Urgência e Emergência;
6. Capacidade para tubos primários e pediátricos (com ou sem adaptadores) com código de barras ou copos de amostras para pequenos volumes;
7. Capacidade de gerenciar o nível de líquido de reagentes e amostras assim como possíveis interferentes;
8. Sistema de diluição configurável e diluição automática;
9. O equipamento deverá realizar todos os parâmetros do perfil solicitado no GRUPO I;
10. Possuir recipiente para dispensação automática de dejetos líquidos, acoplado ao equipamento, por questão de biossegurança, ou descarte direto no sistema da rede pluvial;
11. Sistema Interno de Controle de Qualidade com gráfico de Levey Jennings, aplicar as regras de Westgard, que seja capaz de ser interfaceado com a sistema de gestão do LAC.
12. O aparelho deve possuir LEITOR INTERNO DE CÓDIGO DE BARRAS para identificar as amostras automaticamente, para que não haja interferência humana na realização e seleção de exames;
13. Acompanhe unidade impressora;
14. Seringas ou probes independentes para reagentes e amostras;
15. Capacidade de armazenamento de resultados e backup;

16. **Capacidade de execução de no mínimo 600 testes/hora para química líquida, 250 testes/hora para química seca e 200 testes/hora para ISE/IMT;**
17. Permitir análises dos tipos: Ponto final, cinética, turbidimetria e ISE/IMT ou Reflectometria.
18. Dotado de fotômetro automático para colorimetria de químicas gerais com comprimentos de ondas diversos;
19. Com capacidade mínima de bandeja ou rack refrigerada **com 70 (setenta) posições/reagentes on board**,
20. Permita pausa para reposição de insumos, sem interrupção do processo analítico;
21. Leitor laser de código de barra para **reagentes dedicados e prontos para uso**, controles, calibradores e amostras.
22. Todos os reagentes devem ser da mesma marca do equipamento; Estabilidade dos reagentes “onboard” de, no mínimo, 30 dias, sendo menores para alguns testes desde que não ocorra perdas ou desperdícios do quantitativo de testes não utilizados;
23. Serão aceitos reagentes que não sejam dedicados desde que possuam protocolos validados para o equipamento e que deverão ser aprovados pela equipe técnica do laboratório;
24. Carrossel de reagentes que permita manter a bordo reagentes refrigerados;
25. **Utilize amostra de sangue total ou prepare o hemolisado diretamente no aparelho para a análise de hemoglobina glicosilada;**
26. A empresa vencedora deverá disponibilizar sistema de interfaceamento, assumindo todos os custos, sendo compatível com o sistema operacional atual ou que venha a ser utilizado pelo Laboratório de Análises Clínicas, durante o período de utilização do equipamento, sem ônus para o H Gu Marabá;
27. Só será admitida a oferta do equipamento que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nas respectivas classes nos termos das Portarias do INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e tratada etiquetagem compulsória;
28. **A empresa deverá fornecer ainda:**
 - I. Insumos para a fase Pré-analítica: Tubos de coleta, agulhas e seringas de coleta equivalente às necessidades de cada pedido, inclusive a vácuo, estéril, com tampa plástica protetora, sistema de segurança na tampa, marca de preenchimento do volume de aspiração com rótulo aderido contendo número de lote e prazo de validade, microtubo para soro com gel separador com volume para 500uL (pediátrico), tubo com gel separador e ativador de coágulo com 5mL e 8mL, tubo com anticoagulante fluoreto de sódio com 4mL e agulha para coleta à vácuo, estéril, dispositivo de segurança, com bisel trifacetado, embalada em invólucro plástico rígido, com lacre de papel contendo dados de identificação, calibre, número de lote e prazo de validade. Forneça ainda tubo de coleta de sangue com EDTA para análise de HbA1C;
 - II. Insumos para fase Analítica e Pós-analítica: Etiquetas para tubos, ribbons para impressoras de etiquetas, papel térmico para impressora do equipamento, itens e acessórios para o desenvolvimento das análises automatizadas como cubetas descartáveis de reações, ponteiras plásticas descartáveis, soluções tampões, soluções calibradoras para manutenção do equipamento e de análises, soluções descontaminantes, soluções controle para comprovar a precisão e reprodutibilidade das análises, dispensador e racks. Solução de glicose aromatizada para teste de tolerância à Glicose (TOTG) frascos com 300 mL, concentração de 75 g/mL, sabores variados (laranja e limão) e Solução de lactose aromatizada para teste de tolerância à lactose frascos com 300 mL, concentração de 50 g/mL, sabores variados (laranja e limão);
 - III. A empresa vencedora deverá apresentar PGRSS do equipamento adequado à rotina do Laboratório, principalmente se o equipamento ofertado não for química seca, cuidando para que todos os resíduos descartados na rede de esgoto sejam previamente tratados ou recolhidos por empresa que realize o tratamento adequado dos resíduos de serviço de saúde.
 - IV. Equipamento com impressora, pronto para interface;
 - I. Controles (no mínimo 2 níveis), calibradores, solução tampão, solução de limpeza, impressoras, fita de impressora, reagentes para limpeza e manutenção do equipamento;
 - II. Reagentes dedicados da marca do fabricante do equipamento, sendo que serão aceitos até 05 (cinco) reagentes que não sejam da marca do fabricante e que deverão ser aprovados pela equipe técnica do laboratório;
 - III. Reposição de peças durante o período de contrato;
 - IV. Instalar Nobreak senoidal com a capacidade mínima exigida pelo fabricante;
 - V. **Disponibilizar assistência técnica com capacidade de atendimento em até 06 (seis) horas, contado da abertura do chamado técnico, observado o caráter assistencial, contínuo e essencial das atividades do Laboratório de Análises Clínicas.**
 - VI. Caso seja constatado que o equipamento está com erro; necessitando de peças e fique inoperável, a empresa vencedora deverá disponibilizar um Laboratório de Apoio para processar as amostras do setor de Urgência/ Emergência do Hospital, arcando com todos os custos da logística e enviando o resultado para o LAC do H Gu Marabá em até 04 (quatro) horas após a retirada da amostra do LAC, até que o inconveniente tenha sido solucionado;
 - VII. A manutenção preventiva dos equipamentos cedidos em comodato deverá ser realizada estritamente de acordo com a periodicidade e os procedimentos definidos no manual técnico do fabricante, devendo a contratada comprovar, sempre que solicitada pela fiscalização do contrato, a execução das manutenções previstas;
 - VIII. A empresa vencedora dará treinamento aos técnicos do Laboratório do Hospital de Guarnição de Marabá, para utilização dos equipamentos instalados para realização dos testes, sem ônus para as instituições;
 - IX. A validação do equipamento deverá ser realizada pela equipe técnica do LAC, juntamente com a assessoria científica / técnica da empresa vencedora e não terá ônus para a Contratante.
 - X. Todos os reagentes, calibradores, controles e suprimentos deverão ser fornecidos pela empresa vencedora.
 - XI. O equipamento fornecido deve ser novo (sem utilização prévia) ou com no máximo 02 (dois) anos de fabricação, em linha de produção, devendo haver comprovação por meio de Nota Fiscal do fabricante do equipamento e/ou documento emitido pelo fabricante, contendo número de série, data de fabricação e data de registro. Se for ofertado um equipamento com no máximo 2 (dois) anos de uso durante o ano de contrato o mesmo apresentar falha técnica irreparável, a empresa deverá substituir o equipamento por um NOVO. A decisão por essa substituição será, exclusivamente, da equipe técnica do Laboratório;
 - XII. **A empresa deverá fornecer estação de tratamento de água nova ou com no máximo 01 (um) ano de uso para ser utilizada nos equipamentos fornecidos, bem como seus insumos durante toda a vigência do contrato;**

XIII. Todos os reagentes e acessórios necessários para o treinamento serão fornecidos pela empresa vencedora, sem nenhum ônus para o Hospital da Guarnição de Marabá.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GRUPO II - EQUIPAMENTO DE HORMÔNIO e IMUNOLOGIA

O licitante vencedor do GRUPO II deverá instalar 01 (um) analisador totalmente automatizado, **novo (sem utilização prévia) ou com no máximo 02 (dois) anos de fabricação comprovados em Nota Fiscal**, em linha de produção, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após solicitação do contratante, que possua, no mínimo, as especificações abaixo, em regime de comodato:

1. Analisador totalmente automatizado e acesso randômico, contínuo e imediato de amostras;
2. Leitor laser de código de barra para reagentes (pronto para uso), controles, calibradores e amostras;
3. Carrossel, bandeja ou rack de amostras com capacidade mínima de até 60 tubos primários ou 60 cubetas de reação de amostras, com possibilidade de utilização de um ou outro;
4. Sistema de diluição automática;
5. Apresentar velocidade mínima de 200 testes/hora;
6. Capacidade de armazenar de resultados e controles;
7. O equipamento deverá realizar todos os parâmetros do perfil solicitado no GRUPO II;
8. Possuir Packs com quantitativo que mínimos com finalidade de evitar perdas de reagentes. Com exceção dos reagentes: TSH, T4 Livre, Ferritina, Vit B12 e Vit D, podendo ser fornecido Packs com, no máximo, 500 (quinhentos) teste;
9. Possuir, no mínimo, 25 (vinte e cinco) posições para reagentes refrigerados;
10. Utilizar reagentes líquidos, dedicados e prontos para uso;
11. Utilizar pelo menos uma das tecnologias a seguir:- Quimioluminescência; ou Eletroquimioluminescência.
12. Apresente sistema de detecção de líquido por frequência e sistema de detecção de coágulo, micro fibrinas e micro bolhas por diferencial de pressão (para amostras e reativos), garantindo assim a qualidade dos resultados através da eliminação dos interferentes.
13. Trabalhar com amostras como: SORO, PLASMA e OUTROS FLUIDOS BIOLÓGICOS.
14. Capacidade de comportar a bordo 50 amostras de rotina / urgência e de prioridade, simultaneamente;
15. Possua um centro de suprimentos monitorado pelo inventário que permita uma autonomia mínima de 5 horas e acesso contínuo a resíduos sólidos, com possibilidade de descarregamento sem interrupção da rotina e o esgoto líquido pode ser drenado por uma bomba para um ponto de esgoto ou pia, sendo o descarte eliminado diretamente na rede de esgoto tratada do serviço;
16. Possua capacidade de armazenar resultados nos Arquivos de Controle de Qualidade, provido de Regras de Westgard e Gráficos de Levey-Jennings.
17. Acompanhe unidade impressora; Dotado de Interface, bi-direcional para comunicação com o computador central;
18. Fornecer todos os insumos e acessórios necessários para a realização dos exames de hormônio e imunologia, levando em consideração as fases:
 - i. Pré-analítica: Tubos de coleta, seringas e agulha de coleta, inclusive a vácuo, equivalente às necessidades de cada pedido, tubo para coleta de sangue a vácuo em PET, descartável, estéril, com tampa plástica protetora, sistema de segurança na tampa, marca de preenchimento do volume de aspiração com rótulo aderido contendo número de lote e prazo de validade, volume de aspiração, tubo de 4 a 5 mL, tamanho 13 x 75 mm, ativador de coagulação e gel separador, e agulha para coleta múltipla, estéril, com bisel trifacetado, embalada em invólucro plástico rígido, com lacre de papel contendo dados de identificação, calibre, número de lote e prazo de validade.
 - ii. Analítica e Pós-analítica: etiquetas para tubos, ribons para impressoras de etiquetas, papel térmico para impressora do equipamento, itens e acessórios para o desenvolvimento das análises automatizadas como cubetas descartáveis de reações, ponteiras plásticas descartáveis, soluções tampões, soluções calibradoras para manutenção do equipamento e de análises, soluções descontaminantes, soluções controle, dispensador e racks.
19. Processar testes quantitativos, qualitativos e confirmatórios;
20. Seja capaz de ser interfaceado com o sistema de gestão do LAC;
21. Acompanhe unidade impressora;
22. Dotado de Interface, bidirecional para comunicação com o computador central:
 - a. Protocolo de comunicação serial contendo possibilidade de comunicação bidirecional (“Query”). Para que o aparelho possa ser programado para fazer os exames em cada amostra sem interferência humana e sem necessidade de “worklist”.
23. A empresa vencedora deverá disponibilizar sistema de interfaceamento, assumindo todos os custos, sendo compatível com o sistema operacional atual ou que venha a ser utilizado pelo Laboratório de Análises Clínicas, durante o período de utilização do equipamento, sem ônus para o H Gu Marabá;
24. Em caso de pane no equipamento, ou em alguma função que impeça a realização da rotina diária por mais de 24 horas em que a equipe de assistência técnica não consiga solucionar, a CONTRATADA deverá se responsabilizar em dar continuidade nas análises solicitadas, até que o inconveniente tenha sido solucionado.
25. **A empresa deverá fornecer ainda:**
 - I. Controles, calibradores, impressoras, fita de impressora, reagentes para limpeza e manutenção do equipamento;
 - II. Unidade de impressora;
 - III. Certificado de registro no Ministério da Saúde para equipamentos e reagentes;
 - IV. Papel para impressão;
 - V. Reposição de peças durante o período de contrato;
 - VI. Fornecer suprimentos necessários para realização dos testes adquiridos, inclusive controle e calibradores, soluções, tampão de limpeza e de pipetagem, além de cubetas para reações e todos os demais suprimentos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento.
 - VII. Instalar Nobreak senoidal com a capacidade mínima exigida pelo fabricante;
 - VIII. Dispor de assistência técnica com capacidade de atendimento em até 06 (seis) horas, contado da abertura do chamado técnico, observado o caráter assistencial, contínuo e essencial das atividades do Laboratório de Análises Clínicas. A manutenção preventiva dos equipamentos cedidos em comodato deverá ser realizada estritamente de acordo com a periodicidade e os procedimentos definidos no

manual técnico do fabricante, devendo a contratada comprovar, sempre que solicitada pela fiscalização do contrato, a execução das manutenções previstas.

- IX. A empresa vencedora dará treinamento aos técnicos do Laboratório de Análises Clínica do Hospital da Guarnição de Marabá para utilização dos equipamentos instalados para realização dos testes, sem ônus para a instituição. Os reagentes e equipamentos referentes a este GRUPO deverão vir acompanhados de CALIBRADORES E SORO CONTROLE EM 3 NÍVEIS (normal, baixo e alto);
- X. A validação do equipamento deverá ser realizada pela equipe técnica do LAC do H Gu Marabá, juntamente com a assessoria científica / técnica da empresa vencedora e não terá ônus para a contratante. Todos os reagentes, calibradores, controles e suprimentos deverão ser fornecidos pela empresa vencedora.
- XI. Só será admitida a oferta do equipamento que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nas respectivas classes nos termos das Portarias do INMETRO, que aprova os requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e tratada etiquetagem compulsória.
- XII. O equipamento fornecido deve ser novo (sem utilização prévia) ou com no máximo 02 (dois) anos de fabricação, em linha de produção, devendo haver comprovação por meio de Nota Fiscal do fabricante do equipamento e/ou documento emitido pelo fabricante, contendo número de série, data de fabricação e data de registro. Se for ofertado um equipamento com no máximo 2 (dois) anos de uso durante o ano de contrato o mesmo apresentar falha técnica irreparável, a empresa deverá substituir o equipamento por um NOVO. A decisão por essa substituição será, exclusivamente, da equipe técnica do Laboratório;
- XIII. **A empresa deverá fornecer estação de tratamento de água nova ou com no máximo 01 (um) ano de uso para ser utilizada nos equipamentos fornecidos, bem como seus insumos durante toda a vigência do contrato;**

1. 1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Hospital de Guarnição de Marabá				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MIN	QTD MAX
GRUPO I - BIOQUÍMICA				
1	Ácido úrico	Teste	100	1000
2	Albumina	Teste	100	1000
3	Amilase	Teste	100	400
4	Bilirrubina direta	Teste	100	1000
5	Bilirrubina total	Teste	100	1000
6	Cálcio	Teste	100	700
7	Uréia	Teste	100	1500
8	Colesterol total	Teste	100	1500
9	Creatinina	Teste	100	1500
10	CK NAC	Teste	100	1000
11	CK-MB	Teste	100	500
12	Ferro	Teste	100	500
13	Fosfatase alcalina	Teste	100	1000
14	Fósforo	Teste	100	500
15	Gama GT	Teste	100	600
16	Glicose	Teste	100	1500
17	TGO (AST)	Teste	100	1200
18	TGP (ALT)	Teste	100	1200
19	HDL-Colesterol	Teste	100	650
20	Hemoglobina Glicada	Teste	100	660
21	LDH (Desidrogenase láctica)	Teste	100	750
22	Lipase	Teste	100	300
23	Magnésio	Teste	100	480
24	Proteínas totais	Teste	100	1000
25	Triglicerídeos	Teste	100	1100
26	Proteína C Reativa ultra sensível	Teste	100	500
27	Capacidade de Ligação de Ferro – UIBC/TIBC	Teste	100	170
28	Sódio	Teste	100	2000

29	Potássio	Teste	100	2000
30	Transferrina	Teste	100	300
31	Ferritina	Teste	100	200
32	Anti-Streptolisina	Teste	100	100
33	Fator Reumatóide	Teste	100	300
GRUPO II - HORMÔNIO e IMUNOLOGIA				
34	Anti-tireoglobulina (ATG)	Teste	100	1000
35	Anti-tireoperoxidase (Anti-TPO)	Teste	100	1000
36	Beta HCG	Teste	100	1000
37	Sulfato de Dehidropiandrosterona	Teste	100	1000
38	Estradiol E2	Teste	100	1500
39	Cortisol	Teste	100	1500
40	FSH	Teste	100	1500
41	LH	Teste	100	1500
42	Prolactina	Teste	100	1000
43	Paratormônio (PTH)	Teste	100	800
44	T3 Total	Teste	100	1000
45	T3 Livre	Teste	100	1500
46	T4 Livre	Teste	100	3000
47	T4 Total	Teste	100	1000
48	TSH	Teste	100	3000
49	Ferritina	Teste	100	1500
50	SHBG	Teste	100	1500
51	Vitamina "B12"	Teste	100	3000
52	Vitamina "D"	Teste	100	3000
53	PSA Livre	Teste	100	1500
54	PSA Total	Teste	100	1500
55	Insulina	Teste	100	1500
56	Progesterona	Teste	100	1000
57	Testosterona	Teste	100	1500
58	Anti-HBC Total	Teste	100	500
59	Anti HBC IgM (core M)	Teste	100	500
60	Anti-HCV	Teste	100	1000
61	HbsAg Quantitativo	Teste	100	1000
62	Anti-HBS	Teste	100	1500
63	Citomegalovírus IgG	Teste	100	500
64	Citomegalovírus IgM	Teste	100	500
65	HIV 1 e 2 Quantitativo	Teste	100	1000
66	Rubéola IgM	Teste	100	500
67	Rubéola IgG	Teste	100	500
68	Toxoplasmose IgG	Teste	100	500
69	Toxoplasmose IgM	Teste	100	500

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os pedidos de testes serão efetuados sempre pela necessidade de consumo do LAC; e os reagentes/insumos/controles calibradores e demais itens consumíveis devem ter validade MÍNIMA de seis meses a contar da data de entrega do material ou que seja 70% da validade total do item (A EMPRESA DEVE ENVIAR NO ATO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS, UMA LISTA COM VALIDADE TOTAL DE TODOS OS

REAGENTES PARA QUE O LABORATÓRIO POSSA FAZER SUA PROGRAMAÇÃO DE PEDIDOS MENSAIS BASEADA NA VALIDADE DE CADA PRODUTO).

1.5. A quantidade de testes acima é estimada, sendo a aquisição efetiva dos mesmos de acordo com a necessidade e a critério do LAC/ H GU MARABÁ, ou seja, a administração não está obrigada a executar todo o contrato. Este instrumento, por sua vez, será estimativo de acordo com o consumo anual do ano anterior, e em função da demanda de serviços e de consumo do LAC (conveniência e oportunidade).

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato e podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000275/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

III) Id do item no PCA: 57;

IV) Classe/Grupo: 6550;

V) Identificador da Futura Contratação: 160168-9/2026.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, no art. 8º do Decreto no 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178, de 23 OUT 17.

4.2 . Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata.;

4.2.2. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

4.2.3. Deverá ser apresentado a Autorização de Funcionamento da Empresa ANVISA (AFE) e a Licença de Funcionamento do Órgão de Vigilância sanitária estadual ou Municipal do fabricante do material.

4.2.4 . Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da lei no 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA no 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 ANVISA.

4.2.5 . Considerando o Art. 71 da RDC no 222 de 22 de março de 2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Art. 27 do Decreto Municipal no 16.529 de 29 de Dezembro de 2016, a empresa deverá apresentar, no ato da contratação, as seguintes informações para que o resíduo seja destinado, pela contratante, de forma adequada:

4.2.5.1 . Para fins de parâmetro a empresa contratada deverá, para cada 100 (cem) amostras de resíduos analisadas, especificar o resíduo líquido gerado como grupo A (resíduo infectante) ou B (resíduo químico);

4.2.5.2 . Caso o resíduo descartado possa ser destinado ao esgoto, apresentar uma declaração da forma de pré-tratamento utilizado pela empresa, caso exista;

4.2.5.3 . Caso o resíduo não possa ser descartado na rede de esgoto, a empresa vencedora se responsabilizará pelo destino final do mesmo, devendo indicar o responsável pelo recolhimento;

4.2.6 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme de 2022 a Lei no 6.360, de 1976 e Decreto no 8.077, de 2013, alterado pelo Decreto nº 11.161, de 4 de agosto . 4.2.9 . Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

Indicação de marcas ou modelos

4.3. A presente contratação não prevê a indicação de marcas, caso citadas nas especificações do produto devem ser consideradas apenas como protótipo de referência. As características apresentadas no descritivo dos itens, decorrem da necessidade de manter a compatibilidade com produtos já adotados pela Administração, conforme previsto na alínea b, inciso I, art.41 da Lei nº14.133/2021.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4. Não há vedação de marca ou produto.

Da exigência de amostra

4.5. Não será exigido amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não será exigido carta de solidariedade, pois o objeto a ser adquirido pela Administração é caracterizado como simples.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.9. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, devido a impossibilidade de uma MEE/EPP disponibilizar um equipamento em comodato para realização de apenas 25% dos grupos 1 e/ou 2.

Margem de Preferência

4.10. Os objetos desta contratação não se enquadram nos critérios para aplicação da margem de preferência 10% para insumos laboratoriais, conforme previsto no artigo 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto nº 12.218, de 11 de outubro de 2024, e na Resolução CICS /MGI nº 8, de 31 de março de 2025.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em **REMESSA ÚNICA**, dependendo do tipo de empenho emitido.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Hospital de Guarnição de Marabá, Av. VP8, Folha 26, Quadra Especial, s/nº, Nova Marabá, Marabá-PA, CEP 68.509-090, de segunda a sexta-feira das 07:00h às 12:00hs e 13:00 às 18:00hs, no laboratório de análises clínicas.

5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.4. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas de temperatura, luz e umidade, conforme determinado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Os kits que forem entregues sem os devidos cuidados de conservação, particularmente no que tange a manutenção da temperatura adequada durante o transporte, e aqueles danificados durante o transporte, serão recusados e automaticamente devolvidos, sendo que a empresa deverá repor imediatamente todo o material considerado não conforme pela equipe laboratorial.

5.5. As bulas, folder, folhetos explicativos, manuais dos produtos e equipamentos deverão estar descritas em português e atender aos Regulamentos Técnicos da ANVISA.

5.6. Quanto a validade os produtos deverão ser entregues com, no mínimo, dois terços (2/3) do prazo de validade total, na data de entrega.

5.7. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, o LAC deverá ser consultado, prévia e oficialmente, para manifestação técnica acerca da viabilidade ou não do recebimento dos testes/insumos.

5.8. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

5.9. Os reagentes/insumos deverão ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas, sendo que a inobservância destas condições implicará em recusa formal, estando sujeita às penalidades da lei vigente, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

5.10. Constatando que o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas, ou ainda que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, será expedida notificação à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa, para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

5.11. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Edital e anexos.

5.12. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

5.13. Todos os produtos necessários à realização dos exames, tais como: testes, reagentes, insumos, controles, diluentes, calibradores entre outros, deverão estar registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), salvo os que não estão sujeitos a obrigatoriedade de registro pela agência reguladora;

5.14. A empresa deverá disponibilizar o conjunto de componentes destinados à realização integral de todos os exames requeridos, em quantidade suficiente, como tampões, soluções de lavagem e limpeza, impressora com fita de impressão ou tonner, bobina de papel para impressão, reagentes, calibradores, controles internos (no mínimo 2 níveis), pipetas automáticas e respectivas ponteiras descartáveis para a uso com controle de qualidade, leitor de código de barras externo, acessórios, filtros da osmose reversa e demais soluções necessárias a manutenção e perfeita utilização do equipamento.

5.15. Caso a empresa deixe de fornecer algum item necessário para a execução do exame, essa ficará responsável pelo contingenciamento das amostras para outra localidade até que o produto volte a ser fornecido.

5.16. O valor unitário do teste deverá englobar todos os custos (incluindo manutenções preventivas e corretivas de equipamentos, incluindo a reposição de peças), reagentes, controles, calibradores e demais insumos necessários para a realização do exame, desde sua etapa inicial até à realização do teste e emissão do resultado. A empresa contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, de embalagens, de frete e seguro, e, eventuais perdas ou danos.

5.17. A empresa vencedora deverá garantir que os reagentes tenham uma Eficiência Produtiva Mínima de 95%. Caso seja comprovada eficiência menor, a empresa deverá bonificar os testes até o quantitativo mínimo exigido.

5.18. Todos reagentes deverão ser da mesma marca do equipamento ofertado pela empresa.

5.19. Os produtos devem apresentar estabilidade até o final do prazo de validade indicado pelo fabricante, depois de abertas as embalagens, seguindo-se as condições preconizadas de armazenamento. Caso seja evidenciado pelo setor responsável algum problema na estabilidade dos produtos, a empresa vencedora deverá realizar a troca e a compensação dos testes que foram perdidos.

5.20. Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade, o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde). Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

Da vistoria técnica

5.21. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o fornecedor poderá realizar ou não a vistoria do local de execução das instalações dos equipamentos em comodato, conforme anexo, acompanhado de um servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 07h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h30, devendo o agendamento ser efetuado previamente no LAC/HGuMARABÁ, pelo telefone (94) 3312-6335.

5.22. Todas as adaptações necessárias ao funcionamento dos equipamentos a serem cedidos em regime comodato (estrutural, técnica, elétrica, ligações de rede, interfaceamento, hardware ou software, sistemas necessários ou outras adaptações que porventura venham a surgir no decorrer do período de vigência do contrato) bem como todo o processo de instalação e validação (canos, cabos, adaptadores, fiação, rede elétrica, aterramento, ductos, bancadas, entre outros recursos) serão de total e exclusiva responsabilidade da contratada, inclusive os custos decorrentes dessas atividades.

5.23. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.24. Para a vistoria o fornecedor, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.25. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto, mediante assinatura do Termo de Vistoria ou de Desistência (Anexo ao Edital).

5.26. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante assumir o ônus decorrentes da conduta adotada pela empresa.

Dos equipamentos em comodato

5.27. O comodato dos equipamentos será prestado em caráter gratuito, sendo vedada qualquer forma de cobrança direta ou indireta, competindo integralmente à contratada a manutenção, calibração, substituição e garantia de funcionamento, assegurada a reversão dos bens ao término da vigência, vedada a exclusividade de marca ou dependência tecnológica. Alguns itens da presente licitação estão agrupados por área e exigem o fornecimento de equipamento em regime de comodato, para a realização dos testes laboratoriais.

5.28. As especificações dos equipamentos, a serem cedidos em regime de comodato, para cada grupo, se encontra descrita no Definição do Objeto do presente Termo.

5.29. Após assinatura do Termo de Contrato, a empresa terá o prazo total de 30 dias para entrega, instalação, validação, interfaceamento e liberação do equipamento para uso. O prazo só poderá ser prorrogado por meio de solicitação por escrito e justificada pelo licitante, formulada antes de findar do prazo estabelecido, e aprovado pelo Laboratório.

5.30. A empresa deverá fornecer um equipamento novo ou com tempo de uso de no máximo 02 (dois) anos, entre a data de fabricação, a data de entrega e de instalação. A comprovação deverá ser feita pela contratada através da emissão de uma declaração contendo o número de série do aparelho e a data de fabricação. As declarações deverão ser encaminhadas juntamente com a nota fiscal do aparelho no momento da instalação ao responsável pelo setor. Caso o equipamento não seja novo, deverá ter apresentação do fabricante com número de série, data de fabricação, data de registro e declaração de período de uso não superior a 02 (dois) anos.

5.31. A empresa vencedora deverá fornecer gratuitamente todos os reagentes, controles e demais insumos necessários por ocasião da instalação e a validação inicial do equipamento.

5.32. A validação dos testes deverá ser realizada pelos assessores científicos da empresa ganhadora do certame, sendo supervisionada pelo setor de qualidade do LAC/H Gu MARABÁ. Devendo a empresa após a validação dos testes entregar os dados planilhados, para aprovação do setor.

5.33. Os aparelhos que forem instalados no Laboratório H Gu MARABÁ passarão por validação de seus reagentes e resultados, podendo ser desclassificados mediante comprovação de desvio de qualidade, não reprodutibilidade, imprecisão de resultados, instabilidade e inviabilidade de reagentes.

5.34. A empresa vencedora do certame deverá providenciar, caso solicitado, amostras patológicas e normais para a validação dos testes e/ou equipamentos.

5.35. Ao final do processo de instalação e validação dos equipamentos, cedidos em regime de comodato, a licitante vencedora deverá atestar mediante preenchimento e assinatura do COMPROVANTE DE INSTALAÇÃO E VALIDAÇÃO DE EQUIPAMENTO(S), conforme Anexo III do ETP, que realizou todo o processo de instalação/adaptação do equipamento e que o mesmo se encontra em perfeitas condições para o completo e adequado funcionamento, de acordo com as normas técnicas e do fabricante.

- 5.36. Caso o LAC/H Gu MARABÁ necessite reinstalar os equipamentos em outro local, devido à reforma ou readequação da estrutura física, fica a empresa vencedora responsável pela transferência do equipamento de local, reinstalação, certificação e validação de que o equipamento esteja pronto para uso.
- 5.37. Ter seguro contra incêndio, sinistro, alagamentos, abalos sísmicos e etc com cobertura total dos equipamentos em comodato.
- 5.38. Fornecer leitor de código de barras externo para todos os equipamentos, conforme solicitação do LAC/H Gu MARABÁ.
- 5.39. Disponibilizar NoBreak, estabilizadores e bancadas (mesas) adequadas, para os equipamentos que assim o exigirem.
- 5.40. As contratadas deverão ter a capacidade de integrar e de interfacear, junto ao sistema de gestão hospitalar do H Gu MARABÁ pelo período de utilização do equipamento, sem acarretar em ônus adicionais para o contratante.
- 5.41. As contratadas deverão manter a interoperabilidade e arcar com todos os custos da integração como também, nos casos de manutenção, atualização e trocas de equipamento.
- 5.42. Durante o processo de integração as empresas deverão apresentar soluções para que não haja a interrupção do serviço.
- 5.43. A comunicação/interfaceamento entre os sistemas deverá ocorrer em, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar da instalação dos equipamentos.
- 5.44. Caso não seja possível cumprimento do prazo estipulado, o LAC/H Gu MARABÁ deverá ser comunicado formalmente para avaliação e autorização de prorrogação.
- 5.45. **Disponibilizar programa de Interfaceamento via cabo (inclusive com o cabeamento até o servidor da interface) compatível com o sistema operacional do laboratório e aquele escolhido pela chefia do LAC que mais se adeque à rotina** pelo período de utilização do equipamento, sem ônus para o H Gu MARABÁ.
- 5.46. O interfaceamento deverá ser realizado com o sistema operante no Laboratório.
- 5.47. Não será aceito equipamento com interfaceamento via WI-FI, uma vez que não é disponibilizado esse tipo de conexão no H Gu MARABÁ.
- 5.48. Todos os custos decorrentes das instalações, bem como suas revisões e adaptações do sistema operacional do laboratório ficarão a cargo da Contratada.

Manutenção e assistência técnica

- 5.49. A licitante vencedora deverá fornecer assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos (incluindo peças de reposição), necessários para a operacionalização dos exames. Manutenção preventiva (prevista em cronograma no ato da instalação do equipamento) às custas da empresa vencedora da licitação. Manutenção corretiva com troca de peças, atualização tecnológica e troca do equipamento, em casos de depreciação, às custas da empresa vencedora da licitação.
- 5.50. A licitante vencedora deverá fornecer assistência técnica e científica no Município de Marabá-Pará, 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados.
- 5.51. Atender as solicitações de serviços de assistência técnica corretiva, no prazo inferior a 24 horas, contado a partir do momento da solicitação, que será realizada por telefone ou e-mail, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
- 5.52. Se for constatado que o equipamento necessita de reparo corretivo, o fornecedor terá o prazo máximo de 72h para o conserto. Caso o reparo não possa ser concluído, em 72h, deverá ser substituído o aparelho em no máximo 05 (cinco) dias úteis, por outro equipamento backup igual, com condições adequadas para uso.
- 5.53. Se o aparelho de backup, por algum motivo não estiver realizando as rotinas do laboratório, a empresa deverá realizar os exames em outro laboratório, com a mesma metodologia e conforme padrões de qualidade e entregar os resultados dentro do prazo de entrega previsto pelo LAC/H Gu MARABÁ.
- 5.54. Os serviços de assistência técnica e científica deverão ser prestados enquanto houver reagentes adquiridos, em uso ou ainda em forma de empenho vigentes, mesmo em caso de o pregão ter expirado.
- 5.55. Caso seja problemas repetitivos nos equipamentos, a empresa deverá realizar a troca do equipamento por outro com as mesmas especificações do edital, assim que solicitado pela contratante.
- 5.56. Ao final do contrato, quando solicitada a retirada do aparelho, a empresa dispõe de 15 dias úteis, após recebimento de pedido formal, para a retirada do equipamento.

Treinamento

- 5.57. A empresa deve fornecer assessoria científica, conforme demanda do setor.

5.58. A empresa contratada deverá promover o treinamento a todos os colaboradores do LAC/H Gu MARABÁ, que forem utilizar o equipamento.

5.59. O treinamento deverá ser presencial com conteúdo teórico e prático. O laboratório deverá receber, pelo menos, 01 (um) manual do treinamento e certificado individual para todos os participantes.

5.60. Ao final do treinamento a empresa será responsável pela certificação técnica. Será de responsabilidade da empresa contratada o custeio do transporte, hospedagem e alimentação dos assessores científicos que forem ministrar o treinamento.

5.61. Após o treinamento a empresa contratada deverá encaminhar um comprovante de treinamento operacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a data da realização do treinamento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.62. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Infrações e Sanções Administrativas

Infrações e Sanções Administrativas

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa

do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1.o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.28. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.29. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e

trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **em 04/03/2026**.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

9.1.1 Avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:

9.1.1.1 . O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

9.1.1.1.1 . o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

9.1.1.1.2 . Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO a fixado nele.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Característica do bem ofertado compatível com o objeto da licitação;;

9.31.1.2. Entrega no prazo;;

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32. O fornecedor deverá apresentar ainda:

9.32.1. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) vigente, emitida pela ANVISA. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.

9.32.2. O licitante deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), para os produtos ofertados, conforme a RDC nº 497, de 20 de maio de 2021 da ANVISA.

9.32.3. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, como documento válido que autoriza o funcionamento ou a operação de atividade específica em estabelecimentos sob vigilância e controle sanitário, conforme Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

9.32.4. Os produtos devem possuir registro válido, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

9.33. Os produtos ofertados deverão estar em conformidade com a legislação sanitária vigente, de modo que poderão ser solicitado documentos complementares de habilitação que possam comprovar a qualidade e segurança dos materiais ou a regularidade técnica/sanitária do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$: 2.380.001,00 (Dois milhões, trezentos e oitenta mil e um real)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 . em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do capu do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/unidade: 160168;

II. Fonte de recursos: 1005000142;

III. Programa de trabalho: 215845 ;

IV. Elemento de despesa: 339030; e

V. Plano interno: D8SAFUSUGPD.

12. Disposições Finais

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não** são classificadas como sigilosas.

Marabá, 27 de março de 2026.

MARIA CRISTINA ANDRADE DE ARAÚJO - CAP

Chefe do LAC H Gu Marabá

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA CRISTINA ANDRADE DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 09:12:39.

Documento assinado digitalmente
gov.br **TAIZE CARLA COSTA PELISSON E SILVA**
Data: 15/05/2026 09:53:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TAIZE CARLA COSTA PELISSON E SILVA

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
gov.br **ANDRESSA CRISTIANE LOPES DE ASSIS**
Data: 15/05/2026 11:52:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRESSA CRISTIANE LOPES DE ASSIS

Membro da comissão de contratação

ANA CLAUDIA MENDES MORAIS SILVA DANTAS

Autoridade competente

